



Senado define hoje quando vota reforma trabalhista em Plenário

Fotos: Roque de Sá/Agência Senado



Jorge Viana avalia que governo pode perder apoio até semana que vem e Romero Jucá afirma que reforma será aprovada

Oposição quer que votação do projeto fique para semana que vem e base governista até concorda em adiar, desde que decisão final saia antes do recesso parlamentar

O calendário para a votação final da reforma trabalhista deve ser decidido hoje pelo Presidente do Senado, Eunício Oliveira, com os líderes partidários. O requerimento para que a proposta ganhe urgência será analisado à tarde pelo Plenário. O encaminhamento e a votação do projeto, porém, ainda não têm data defini-

da. A oposição quer deixar para a quarta-feira da semana que vem, apostando que, nos próximos dias, o resultado da votação possa ser alterado. A base do governo diz que a estratégia da oposição não retirará votos e quer garantir que votação seja até a semana que vem, antes do recesso do Congresso, que começa no dia 18. **3**

Varejistas culpam leis complexas por dívidas com INSS **5**

Fundo penitenciário será votado hoje em comissão **4**

Conselho decide não censurar programa Pânico na Band **6**

Comissão analisa reforço na merenda de cidades pobres **4**

Parlamentos trocam experiências sobre gestão **2**



Ano Volpe/Agência Senado

Collor (3º à esq.) conduz audiência da CRE sobre a legislação para migrantes

Especialistas apontam avanços trazidos pela Lei de Migração

Debatedores ouvidos ontem na Comissão de Relações Exteriores concordaram que o Congresso acertou ao tratar a migração

com foco nos direitos humanos e aspectos sociais, e não apenas na segurança. Para eles, a nova lei respeita as origens brasileiras. **7**

Audiência discute modelo para avaliar as deficiências

A regulamentação do Estatuto da Pessoa com Deficiência foi discutida ontem em audiência na Comissão de Direitos Hu-

manos. Representantes do governo e especialistas debateram a criação do cadastro-inclusão e de modelo de avaliação das

deficiências. O objetivo é unificar os 19 bancos de dados eletrônicos existentes e adaptar ações e programas aos deficientes. **4**



Pedro Franco/Agência Senado

Vice-presidente da CDH, Paim (C) coordena debate sobre a regulamentação do Estatuto da Pessoa com Deficiência



Pillar Pereira/Agência Senado

Remédios vencidos precisam ser descartados de forma adequada

Automedicação pode intoxicar e mascarar sintoma de doença

O Brasil tem alto índice de automedicação e os remédios são a maior causa de intoxicação no

país. Projeto que torna obrigatória a venda fracionada pode ajudar a reduzir a prática. **8**

Senado e Câmara costumam texto de consenso para reforma política

O líder do governo no Senado, Romero Jucá, e o relator da reforma política na Câmara, deputado Vicente Cândido, conversam hoje sobre uma proposta que possa ser aprovada antes de outubro para valer nas eleições de 2018. Na pauta, temas como um fundo para as campanhas, voto distrital e fim das coligações nas eleições proporcionais. **2**

Colegiados devem definir emendas à LDO 2018

As comissões permanentes do Senado devem definir nesta semana as emendas que cada uma apresentará ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2018. Seis colegiados se reúnem hoje com esse objetivo. As emendas deverão ser entregues até amanhã à Comissão Mista de Orçamento, que analisa a LDO. **3**



Reprodução

Encartado nesta edição, segue o Jornal Senado Mulher

Jucá debate reforma política com relator na Câmara

A criação de um fundo eleitoral para campanhas com metade do gasto nas eleições de 2014 vai ser um dos temas da conversa de hoje. Câmara e Senado costuram proposta de consenso para já valer em 2018

OLÍDER DO governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), informou que conversará hoje sobre a reforma política com o relator da Comissão Especial da Reforma Política, o deputado federal Vicente Cândido (PT-SP), sobre temas como a criação de um fundo eleitoral.

Senado e Câmara costuram uma reforma de consenso a ser aprovada antes de outubro para que novas regras possam valer já nas eleições de 2018. Além do fundo eleitoral, as mudanças que ainda estão em debate incluem voto distrital, fim das coligações em eleições proporcionais, cláusula de desempenho e outros temas.

— Devo ter uma conversa com o Vicente Cândido e deverei conversar também com o presidente [da Câmara] Rodrigo Maia. Estamos aguardando para que possamos ter na Câmara a votação dessa matéria. É uma votação que precisa acontecer rapidamente, nós temos até o final

de setembro [para promover mudanças eleitorais]. Isso não é uma tarefa fácil. É preciso dar prioridade e já há um entendimento com o Tribunal Superior Eleitoral e entre os próprios partidos de que essa urgência é extremamente importante — disse Jucá.

Ele explicou que o fundo constitucional eleitoral ficaria sob a responsabilidade do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

e existiria apenas em anos de eleição. Seria abastecido, disse, com metade do valor total que foi gasto nas eleições de 2014 para proporcionar “eleição democrática com igualdade para todos”.

A previsão é que o fundo distribua em 2018 perto de R\$ 3,5 bilhões para campanhas para presidente, governador, prefeito, vereador, senador e deputado.



Regras para as eleições do ano que vem podem ser alteradas pelo Congresso

Parlamentos de língua portuguesa discutem gestão

Começou ontem e vai até a sexta-feira o 1º Encontro dos Quadros das Áreas de Administração, Finanças e Recursos Humanos da Associação dos Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa. A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, ressaltou na abertura, na Câmara dos Deputados, a oportunidade de troca de experiências entre os profissionais para que a gestão siga evoluindo e tendo contato com práticas de outros parlamentos.

— Há sempre muito a aprender vendo as práticas de outros órgãos com distanciamento. E enquanto aprendemos está valendo a pena — afirmou.

O diretor-executivo de Gestão do Senado, Márcio Tancredi, fez um histórico do trabalho realizado desde 2011. Lembrou que em 2013 foi traçado um mapa estratégico para dez anos, visando

aprimorar as práticas de gestão com foco na missão, negócio institucional, visão de futuro, valores, dimensões e objetivos estratégicos do Senado.

— O Plano de Metas, contemplando o período de 2013 a 2016, fez surgir, em 2015, a Carta Compromisso, objeto que enfatizou a visão, missão e valores para cada setor. Depois vieram os objetivos e projetos estratégicos a serem aplicados entre 2015 e 2023 — detalhou.

Tancredi explicou que, baseados em 22 diretrizes estratégicas fixadas para 2017 a 2019, há 17 projetos a serem executados. Entre eles, a remodelagem e automação dos processos de recursos humanos, o aprimoramento da capacitação gerencial, a ampliação das funcionalidades do Portal e-Cidadania, para aproximar o cidadão da atividade parlamentar, e a integração da informação

legislativa entre Câmara e Senado.

— O Senado tem buscado agregar mais valor para a sociedade com uma estrutura mais barata, eficiente e que usa de forma mais racional os recursos públicos. O aumento de produtividade e a capacidade de operar com mudanças que a Casa já conseguiu mostram que a distância entre o setor público e o privado está se estreitando — disse.

Ele e o chefe da Assessoria de Projetos e Gestão da Câmara, Antonio Neto, responderam a questões apresentadas pelos profissionais dos Parlamentos de Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor Leste e Portugal.

Para o diretor-geral-adjunto da Câmara, Mauro Barreto, que também fez parte da abertura do evento ao lado de Ilana Trombka, o encontro traz novos modelos de trabalho e uma importante interação entre os países de língua portuguesa.

Como inspiração para o início do encontro, Barreto citou uma frase de Clarice Lispector: “Quem caminha sozinho pode até chegar mais rápido, mas aquele que vai acompanhado, com certeza, vai mais longe”.

As próximas palestras ocorrerão no Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Treinamento da Câmara (Cefor).



Diretora-geral do Senado, Ilana destaca oportunidade para trocar experiências

Alvaro comenta criação do Podemos e diz que legendas decepcionam povo

Alvaro Dias (PV-PR) registrou o encontro, sábado, que marcou o início das atividades do Podemos, partido político que recebe o registro do antigo PTN.



objetivo de melhorar a situação do país. Os partidos políticos, disse, decepcionaram os brasileiros e, com a Lava Jato, alguns estão sendo considerados organizações criminosas.

O Podemos, afirmou, tem o

Ana Amélia critica greve e vandalismo em sede do Partido Progressista no RS

Ana Amélia (PP-RS) criticou a greve de sexta-feira e disse que o movimento não teve adesão dos trabalhadores, mas foi imposto. Ela afirmou que mobilizações



denou o vandalismo, citando ataque à sede do Partido Progressista em Porto Alegre, que considerou uma reação às posições dela. — Não entendo democracia dessa forma — protestou.

Hélio José cobra do governo do DF atenção para escolas de tempo integral

Hélio José (PMDB-DF) cobrou mais planejamento e menos improvisado do governo de Brasília na educação. Ele destacou que inspeção em sete escolas apontou problemas nas



refeições oferecidas aos alunos, com quase ausência de verduras e falta de opções para alunos com intolerância alimentar, além da falta de espaços para descanso e atividades à tarde.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CI Cobrança de esgoto**
9h Votação de projeto que regula a cobrança pela prestação dos serviços de esgoto.
- PARLASUL Trabalho infantil**
9h Seminário internacional Erradicação do Trabalho Infantil e Reforma Previdenciária. Às 14h30, análise de texto sobre o Protocolo de Adesão da Bolívia ao Mercosul.
- CAE LDO 2018**
10h Análise das emendas da comissão ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018. Depois, votação de texto que cancela precatórios não sacados há dois anos.
- MP 781/2017 Fundo Penitenciário**
10h Análise do plano de trabalho da comissão mista responsável pela MP, que trata de recursos do Fundo Penitenciário.
- CDH Acessibilidade**
11h30 Votação das emendas ao projeto da LDO 2018. Depois, análise do projeto sobre acessibilidade no Minha Casa, Minha Vida.
- CE Assistência a alunos**
11h30 Na pauta, projeto que prevê assistência estudantil na educação superior.
- CMA Bem-estar animal**
11h30 Análise das emendas da comissão à LDO 2018. Em seguida, votação de projeto que inclui o bem-estar animal entre as prioridades de educação ambiental.
- CSE Emendas à LDO**
12h A comissão analisa as emendas ao projeto da LDO 2018.
- PLENÁRIO Reforma trabalhista**
14h Na pauta, urgência para votação da reforma trabalhista e segundo turno do projeto que torna o estupro um crime imprescritível.
- CMO Passaportes**
14h30 Na pauta da comissão, projeto que abre crédito suplementar de R\$ 102 milhões para a Polícia Federal voltar a emitir passaportes.
- VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER LDO**
14h30 A comissão analisa emendas ao projeto da LDO para 2108.
- MP 774/2017 Desoneração**
14:30 A comissão responsável pela MP, que acaba com desoneração da folha de pagamento, analisa relatório do texto.
- MP 783/2017 Novo Refis**
14h30 Audiência interativa sobre a MP, que cria o Programa Especial de Regularização Tributária.
- CRE Emendas ao Orçamento**
15h Votação de emendas à LDO de 2018.
- CRA LDO 2018**
15h30 A comissão vota emendas à LDO de 2018.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
 • Alô Senado: 0800 612211
Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
 • Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
 • TV: senado.leg.br/TV

Calendário da etapa final da reforma trabalhista deve ser definido hoje

Oposição quer debater proposta nesta semana e votar na próxima; governo aceita adiar, desde que não passe do recesso parlamentar

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, deve definir hoje o calendário de votação da reforma trabalhista no Plenário. O governo tem pressa: quer evitar que a tramitação se arraste para depois do recesso parlamentar, entre os dias 18 e 31. A oposição tenta adiar a decisão final sobre o PLC 38/2017 para a próxima semana.

O Plenário vota hoje um requerimento de urgência para a reforma trabalhista. Se o pedido for aprovado, o projeto entra na ordem do dia da segunda sessão ordinária. O senador Jorge Viana (PT-AC) defende que, durante esta semana, o tema seja apenas debatido no Plenário. O encaminhamento e a votação ficariam para quarta-feira da próxima semana.

— Podemos até concordar em aprovar a urgência, mas o bom senso pede que essa matéria seja votada só na semana que vem. O presidente Eunício Oliveira até agora não assumiu compromisso nenhum. Nós da oposição estamos fazendo um apelo para que ele nos ajude a ter um mínimo de entendi-



Relatório de Ferraço, favorável ao texto, será defendido pelo governo no Plenário

mento — afirmou Viana.

A resposta ao apelo pode sair após uma reunião de líderes, prevista para as 14h30 de hoje. O líder do governo e relator da reforma trabalhista na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Romero Jucá (PMDB-RR), até concorda com o adiamento da decisão, desde que ela não passe da próxima semana, a última antes do recesso parlamentar.

— Não descarto nada. Mas não há nenhuma intenção de passar um trator em cima da oposição. O presidente Eunício Oliveira está discutindo com

as lideranças. A ideia é nesta semana votar a urgência e na próxima semana votar o mérito da matéria — afirmou Jucá.

Estratégia

A aposta da oposição para tentar barrar a reforma trabalhista é que Michel Temer perca apoio parlamentar nos próximos dias. A Câmara analisa um pedido de abertura de inquérito contra Temer pelo crime de corrupção passiva.

— O governo a cada dia vive uma agonia. Uma semana, dez dias fazem muita diferença no humor do Congresso e no

quorum de votação. Semana que vem ninguém sabe qual será o comportamento: quem vai estar com Temer e quem vai estar contra Temer. Só sabemos que não vai estar como está hoje — afirma Viana.

O líder do governo evita falar sobre números. Mas afirma que o projeto será aprovado no Senado, mesmo com a estratégia da oposição:

— É claro que vai haver chicana regimental, vai haver tentativa de postergar. Mas faz parte do jogo. O embate político prevê obstrução e tentativa de falar demais. Vamos superar tudo isso e aprovar uma lei que é boa para o Brasil.

A reforma trabalhista já passou por três comissões do Senado. Dos 52 senadores que votaram durante a tramitação, 31 votaram a favor do texto que veio da Câmara. Houve 20 votos contra a proposta e 1 abstenção.

No Plenário, o governo vai defender a votação do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O relatório aprovado, de Ricardo Ferraço (PSDB-ES), é pela aprovação da reforma trabalhista.

Alterações na CLT estimularão demissões, adverte Vanessa

Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o Senado não pode votar a reforma trabalhista, pois o conjunto de medidas é destrutivo para o Brasil e prejudicará as finanças públicas.



— Além de isso ser extremamente perigoso, contrário ao direito dos trabalhadores, é um crime contra o próprio Parlamento, é um desrespeito ao Senado.

A senadora contestou o argumento de que a reforma é modernizante. Caso aprovada, disse, a reforma incentivará demissões de trabalhadores e criará subterfúgios para maus empregadores deixarem de pagar o que determina a CLT.

Segundo Paulo Paim, proposta do governo é "indefensável"

Paulo Paim (PT-RS) afirmou que a reforma trabalhista não pode ser votada esta semana no Plenário se o Regimento do Senado for respeitado. O governo quer aprová-la antes do recesso parlamentar.

Para o senador, é triste e decepcionante ouvir de alguns parlamentares que as mudanças nas normas trabalhistas não vão causar perdas de direitos dos trabalhadores. Mesmo senadores da base do governo, disse, admitem que a proposta tem questões inadmissíveis:

— Como é que alguém em sua consciência consegue defender esse projeto, se nem o governo mais defende? Eu dou um conselho para senadores e senadoras: não defendam o indefensável — frisou.

Comissões definem nesta semana emendas à LDO de 2018

As comissões permanentes do Senado devem definir nesta semana as emendas que serão apresentadas ao Orçamento da União no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2018 (PLN 1/2017).

Os colegiados devem se reunir para escolher, entre as sugestões apresentadas pelos senadores, as duas emendas que cada uma vai propor ao Anexo de Metas e Prioridades, que lista as ações prioritárias para o próximo ano.

As comissões permanentes da Câmara dos Deputados e as sete comissões mistas do Congresso Nacional também apresentarão emendas ao PLN 1/2017, duas por colegiado. Deputados e senadores podem apresentar emendas

individuais, até três por parlamentar, e as bancadas estaduais no Congresso também apresentam até três emendas cada uma. Todas as emendas deverão ser entregues à Comissão Mista de Orçamento (CMO) até amanhã.

Agenda de votações

Veja, abaixo, as datas já definidas para a votação das sugestões de emendas nas comissões:

DATA	COMISSÃO	RELATOR DAS EMENDAS
Hoje, às 10h	Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)	Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Hoje, às 11h30	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)	Regina Sousa (PT-PI)
Hoje, às 11h30	Comissão de Meio Ambiente (CMA)	Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Hoje, às 15h	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)	Jorge Viana (PT-AC)
Hoje, às 15h30	Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA)	Waldemir Moka (PMDB-MS)
Hoje, às 12h	Comissão Senado do Futuro (CSF)	A ser definido
Amanhã, após o fim da reunião deliberativa das 8h30	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT)	A ser definido
Amanhã, após o fim da reunião deliberativa das 8h30	Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR)	Paulo Rocha (PT-PA)
Amanhã, às 9h30	Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle (CTFC)	A ser definido
Amanhã, após o fim da reunião deliberativa das 10h	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)	A ser definido

Projeto destina recursos para recuperação de dependentes de drogas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve analisar amanhã, em decisão final, texto substitutivo apresentado a projeto que transfere os recursos do Fundo Nacional Antidrogas (Funad) para ações e serviços públicos de saúde e de assistência social voltados a dependentes de drogas lícitas ou ilícitas.

De acordo com o substitutivo ao PLS 304/2011, os recursos serão direcionados à prevenção e redução de danos sociais e à saúde, ao tratamento, à recuperação e à reinserção social e ocupacional.

Mediante convênios, entre 20% e 40% dos recursos deverão ser destinados às polícias

responsáveis pela apreensão de qualquer valor econômico em decorrência do tráfico, produção e comercialização de drogas abusivas.

Apresentado por Eunício Oliveira, presidente do Senado, o projeto tem parecer favorável do senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), autor do substitutivo.

Outras duas propostas estão na pauta da CAS. O PLS 625/2015, de Valdir Raupp (PMDB-RO), permite a movimentação da conta do FGTS quando o trabalhador com deficiência adquirir veículo automotor próprio. O PLS 8/2017, de Humberto Costa (PT-PE), inclui a saúde bucal no campo de atuação do SUS.

Lula propôs mudanças draconianas na Previdência, diz Malta

Magno Malta (PR-ES) comparou a atual proposta de reforma da Previdência com o projeto apresentado no governo Lula. Ele ressaltou que, na época, a proposta era "draconiana" (muito rígida), mas, segundo o senador, Lula "queria reforma de todo o jeito". Malta disse que também naquela época o governo fez força para que o texto fosse votado sem mudanças.



O senador afirmou que o Senado não pode abrir mão de sua prerrogativa de apresentar emendas às reformas e negou que a flexibilização das relações de trabalho constitua retirada de direitos.



Paim (C) coordena a audiência na CDH: regulamentação vai assegurar os benefícios previstos na lei, avalia o senador

Debate expõe dúvidas sobre avaliação de deficiências

Em audiência sobre a regulamentação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, participantes discutiram implementação de instrumentos previstos na nova lei, como modelo de avaliação e cadastro-inclusão

AUTORIDADES E ESPECIALISTAS que participaram ontem de audiência pública sobre a regulamentação do Estatuto da Pessoa com Deficiência discutiram a criação do cadastro-inclusão e de um modelo de avaliação das deficiências. A audiência foi promovida pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A avaliação da deficiência está prevista em um dos artigos do estatuto (Lei 13.146/2015), que estabelece que o governo federal deve criar, até janeiro de 2018, os instrumentos para a avaliação. A análise será feita por profissionais de diferentes áreas, como médicos e psicólogos, e levará em conta os impedimentos nas funções e estruturas do corpo, a limitação no desempenho de atividades e fatores pessoais e psicológicos.

A lei também prevê a criação do cadastro-inclusão para identificar os principais obstáculos enfrentados e fazer um mapeamento da deficiência no Brasil.

Segundo o representante da Secretaria de Direitos

Humanos da Presidência da República, Wederson dos Santos, o objetivo é unir 19 bancos de dados eletrônicos já existentes e adaptar as ações e os programas voltados a essa parcela da população.

— Num futuro próximo, essa integração do cadastro de inclusão e da avaliação de deficiência vai permitir uma melhor caracterização da pessoa com deficiência no Brasil. Em termos de formulação e reformulação de política pública, isso é o mais importante do ponto de vista da aplicabilidade prática do cadastro-inclusão — defendeu.

Perda de direitos

Alguns participantes, porém, disseram temer que, com a regulamentação, direitos já assegurados sejam perdidos. O advogado Willian da Cunha, da Organização Nacional de Cegos do Brasil, questionou se o acesso às políticas públicas deve estar vinculado à avaliação da deficiência. Ele teme a perda de direitos conquistados com o estatuto.

— Os legitimados usuários dos direitos da pessoa com deficiência que já fazem parte das macrodefinições na legislação não podem ficar à margem dessas políticas. O fato da deficiência já me dá direito. Se a regulamentação trouxer obrigação para essa avaliação, isso pode restringir direitos; por exemplo, o da não discriminação da pessoa com deficiência — disse.

O senador Paulo Paim (PT-RS) destacou os avanços do estatuto e explicou que a regulamentação deve assegurar os benefícios previstos na lei.

— Resultará em benefícios, isenções e serviços federais mais adequados e menos burocráticos para as pessoas com deficiência. O estatuto precisa ser regulamentado e ser instrumentalizado para a realização de um novo modelo de avaliação da deficiência — disse Paim.

A regulamentação do Estatuto da Pessoa com Deficiência está sendo elaborada por um comitê formado por representantes de ministérios e entidades ligadas ao tema.

Comissão vota projetos com benefícios aos idosos

Projetos que ampliam os benefícios para pessoas idosas serão votados hoje pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). As propostas tratam dos cuidados com o idoso e questões de acessibilidade.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 648/2015 estabelece que as instituições especializadas em cuidados com idosos ofereçam programas de internação por períodos. Assim, o idoso não seria privado integralmente de estar com a família, como ocorre no modelo atual de permanência continuada.

Segundo o autor, Álvaro Dias (PV-PR), o projeto busca a preservação da convivência familiar, já que com a interna-

ção permanente em abrigos a convivência fica prejudicada. Ele argumenta que grande parte dos adultos trabalha durante o dia e não tem condições de arcar com os custos de cuidadores particulares. Por isso, muitas vezes optam pela institucionalização continuada para que os idosos da família tenham os cuidados de que necessitam.

Favorável ao projeto, a relatora, Ângela Portela (PDT-RR), argumenta que é “absolutamente urgente criar arranjos flexíveis que garantam os direitos dos idosos à saúde e à convivência familiar e comunitária”.

Já o PLS 650/2011 estabelece alterações no Programa Minha

Casa, Minha Vida para que as unidades habitacionais construídas para beneficiário idoso apresentem as adaptações necessárias para garantia a acessibilidade. As definições do projeto também valem para pessoas com deficiência.

O projeto original é do senador Humberto Costa (PT-PE). Mas a proposta recebeu alterações do relator, senador Paulo Paim (PT-RS), na forma de um substitutivo.

Paim alterou o texto original para esclarecer que as adaptações devem ser solicitadas até a formalização do contrato de compra e venda, já que as regras do programa não permitem antever essas demandas.

Municípios pobres poderão ter mais recursos para merenda

Escolas situadas em municípios onde há extrema pobreza podem passar a receber em dobro os valores per capita destinados à merenda escolar. A medida consta do Projeto de Lei do Senado (PLS) 217/2015, de Roberto Rocha (PSB-MA), que está na pauta da reunião de hoje da Comissão de Educação (CE).

A proposta recebeu parecer favorável da relatora, Lídice da Mata (PSB-BA), que aceitou a submenda aprovada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Agora será votada em decisão terminativa na CE. Os recursos destinados em dobro às escolas deverão seguir as exigências de cada etapa e modalidade de ensino.

Serão considerados como municípios com extrema pobreza aqueles nos quais 30% ou mais das famílias nele residentes façam parte do cadastro dos Programas Brasil sem Miséria ou Bolsa-Família.

Outro item da pauta da CE é o relatório de Simone Tebet (PMDB-MS) ao projeto que determina como o Congresso vai fiscalizar e acompanhar os resultados do Plano Nacional de Educação (PNE). O projeto (PLS 746/2015), de Cristovam Buarque (PPS-DF), estabelece que a cada dois anos, até o dia 25 de junho, o governo federal deve enviar ao Congresso e divulgar na internet o Relatório de Avaliação do PNE, com previsão

do cumprimento das metas estabelecidas no plano.

O relatório deverá conter ainda medidas corretivas necessárias para o alcance das metas, nos casos em que elas estiverem sendo negligenciadas. Também deverá ser detalhado como está ocorrendo a execução financeira e física dos programas e ações.

Responsabilidade

Também está na pauta da CE projeto que inclui a alfabetização de jovens e adultos entre os critérios de responsabilidade social das universidades. Caso aprovado, o PLS 124/2016 poderá ir direto para a Câmara.

A legislação atual estabelece critérios de responsabilidade social, levados em conta na avaliação das instituições de ensino superior pelo Ministério da Educação. Entre eles, estão a inclusão social, a defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural e o desenvolvimento econômico. O projeto inclui ainda o atendimento a jovens e adultos em alfabetização.

O autor da proposta, Cristovam Buarque, aponta o potencial das instituições de ensino superior para ajudar na redução do índice nacional de analfabetismo. Para o senador, a mobilização dessas entidades deve ser recomendada com a melhoria de seus indicadores de avaliação institucional.

Fundo Penitenciário e plano de trabalho da MP serão avaliados

A comissão mista que analisa a MP 781/2017, que proíbe o contingenciamento de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), se reúne hoje para avaliar o plano de trabalho do relator, deputado Victor Mendes (PSD-MA). A comissão é presidida pelo senador Ivo Cassol (PP-RO).

A MP acrescenta novos tipos de despesas que poderão ser custeadas com o fundo, como investimentos e manutenção dos serviços penitenciários (com 30% dos recursos), projetos para reinserção social de presos, programas de alternativas penais à prisão, financiamento a atividades preventivas e políticas de redução da criminalidade. Esta última atribuição significa que o Funpen poderá financiar órgãos policiais.

O contingenciamento é um bloqueio provisório dos gastos determinado todos

os anos pelo governo para adequar seu fluxo de caixa. O valor autorizado do Funpen este ano é de R\$ 690,9 milhões

Em 2015, ao julgar ação do PSOL, o STF considerou que o sistema prisional brasileiro viola os direitos fundamentais e proibiu o bloqueio dos recursos do Funpen. Hoje a população carcerária é de 622 mil presos e há deficit de mais de 249 mil vagas.

As novas destinações do Funpen estavam previstas na MP 755/16. Como o texto não seria aprovado pelo Congresso dentro da vigência das MPs de 120 dias, o governo optou por editar a MP 781 e revogar a anterior.

Além de novas funções, a nova MP estabelece que a União deverá fazer repasses aos fundos dos estados e dos municípios, a título de transferência obrigatória e independentemente de convênio.

Com Agência Câmara

Legislação favorece conflitos com Previdência, afirmam empresários

Representantes de redes varejistas dizem que débitos previdenciários vão parar na Justiça por divergências no entendimento das leis

A LEGISLAÇÃO COMPLEXA e as divergências na interpretação de normas legais contribuem para a judicialização das dívidas previdenciárias, disseram ontem representantes do comércio em audiência pública na CPI da Previdência.

Representante da Megafort Importação e Exportação, Geraldo Roberto Gomes disse que a expansão das grandes redes no interior e a informalidade crescente prejudicam o caixa da empresa, que atende a pequenos varejistas em Minas Gerais, Goiás, Tocantins, São Paulo e Maranhão.

— Estamos inadimplentes. De 2012 para cá, teve o crescimento do “atacarejo”. Ele não tem legislação específica e retira o pequeno varejista do atacado distribuidor. Não conseguimos fazer concorrência com concorrentes de peso. E há omissão das autoridades na fiscalização — afirmou.

Diretor de Relações Institucionais da Companhia Brasileira de Distribuição, que inclui as bandeiras Pão de Açúcar e Extra, Paulo Pompílio disse que o grupo não possui débitos exigíveis com a União e nunca deixou de pagar tributo para gerar caixa, mas que sempre recorreu à Justiça no caso de cobranças consideradas indevidas ou inconstitucionais.

— Temos uma dívida de R\$ 1,3 bilhão, 72% do valor

estão parcelados e pagos em dia, restam 28% da dívida. Está regular, não havendo qualquer débito aberto na União. Estamos cumprindo rigorosamente nossas obrigações. Toda essa dívida está garantida. Não há nada sem lastro — informou.

Superintendente-executiva jurídica das Lojas Americanas, Ana Célia Fidalgo da Silva disse que o recolhimento da quarta maior rede varejista do Brasil com a Previdência é da ordem de R\$ 100 milhões por ano. Ela ressaltou que não há débito com a Previdência e que o grupo questiona na Justiça fatos geradores anteriores a 2007, sendo que todos os processos estão garantidos por meio de depósitos judiciais, cartas de fiança de bancos de primeira linha ou seguro.

— Como companhia aberta,

somos intensamente fiscalizados. Por força da legislação, todos os valores em pecúnia são imediatamente transferidos à conta única do Tesouro, não há risco para a Previdência de inadimplência ou de a companhia não honrar com suas obrigações definidas em processo. A legislação é complexa, temos entendimentos divergentes e, nesse sentido, esses processos são judicializados. Todos os nossos débitos, que são antigos, estão garantidos e serão transferidos.

“Devo, não nego”

Presidente da CPI, o senador Paulo Paim (PT-RS) observou que outros expositores já ouvidos no colegiado, a exemplo dos representantes dos frigoríficos, bancos e indústria, adotaram o mesmo discurso no que se refere aos débitos

das empresas.

— Eles vão na mesma linha, “devo, não nego, mas tem que ver como é que pago, há litígios, está na Justiça” — disse.

Relator da comissão, o senador Hélio José (PMDB-DF) disse que a impunidade acaba beneficiando os responsáveis pela prática de crimes de sonegação e apropriação indébita.

Ex-ministro da Previdência Social, o senador José Pimentel (PT-CE) observou que algumas empresas têm prejuízos e ficam impossibilitadas de pagar a Previdência, enquanto outras, extremamente lucrativas, não recolhem as contribuições, ao lado daquelas que fazem “planejamento tributário”, ou seja, deixam de pagar as contribuições sociais e ficam aguardando um sistema de compensação com outras obrigações tributárias.



Geraldo Gomes, Ana Célia da Silva e Paulo Pompílio participaram ontem de audiência pública na CPI da Previdência

Comissão avalia proposta sobre consumo consciente

A escolha de produtos fabricados sem maus-tratos a animais e a opção pelo couro sintético em bolsas e sapatos são exemplos de atitudes que poderão passar a ser incentivadas em campanhas educativas do poder público. Esse é o propósito do PLC 105/2014, que determina a inclusão de preceitos de bem-estar animal na Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/1999). O texto está na pauta da Comissão de Meio Ambiente (CMA). Se for aprovado, seguirá para o Plenário.

O projeto busca informar a população sobre a necessidade de adequação das tendências da moda e necessidades de vestuário à sustentabilidade ambiental.

O texto recebeu, em 2015, parecer favorável do relator na antiga Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Romero Jucá (PMDB-RR). Devolvido à CMA, o projeto teve aprovação da nova relatora, Ângela Portela (PDT-RR), que enalteceu o “reconhecimento da interdependência entre meio ambiente, seres humanos e animais” no âmbito da educação ambiental. Nas emendas que ofereceu, a senadora busca aperfeiçoar a redação para incentivar a adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo em todos os setores.

Projeto na pauta agiliza fechamento de empresa

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa hoje projeto que visa facilitar a baixa dos registros de empresas.

O PLS 150/2016, do senador Hélio José (PMDB-DF), estabelece que a simples apresentação de requerimento pelo responsável legal é providência suficiente para deflagrar a baixa da empresa. Além disso, prevê que o encerramento deverá se dar no prazo máximo de dois dias úteis em todos os órgãos federais, distritais, estaduais e municipais competentes.

O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), propôs mudanças no texto, que resultaram em substitutivo. Se aprovada e não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado, a proposta poderá seguir direto para a Câmara.

Precatórios

A comissão também pode votar projeto que cancela os precatórios e requisições de

pequeno valor (RPVs) federais cujos valores não tenham sido sacados pelo credor e estejam depositados há mais de dois anos em banco oficial. A proposta (PLS 57/2017) é da Presidência da República e está sendo relatada pelo senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE).

O texto já recebeu críticas da oposição, que alega tratar-se de uma manobra do governo para fazer caixa e melhorar o superávit primário. A proposta tramita em regime de urgência constitucional e está sendo analisada simultaneamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Inpi

Os senadores devem analisar ainda o PLS 62/2017, do senador José Agripino (DEM-RN), que assegura verbas ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi). O projeto determina que os recursos dos serviços prestados pelo Inpi sejam reinvestidos

na própria instituição.

O autor argumenta que as atividades da autarquia, como registro de marcas e concessão de patentes, são de extrema relevância para o país. Segundo Agripino, os serviços são rentáveis, mas a autarquia sofre com a falta de recursos, visto que o dinheiro segue para o Tesouro Nacional. A situação se agravou diante do ajuste fiscal pelo qual passa o Brasil, com a restrição orçamentária. A proposta tem relatório favorável do senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

Diretrizes

Os senadores também vão votar emendas da comissão ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). As emendas serão enviadas depois para a Comissão Mista de Orçamento (CMO).

A LDO traça metas e prioridades do governo para o exercício financeiro subsequente e orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Regularização tributária vai ser debatida em audiência hoje

O Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), instituído pela Medida Provisória 783/2017, vai ser discutido hoje em audiência pública da comissão mista que analisa a MP.

O texto cria o Pert, na estrutura da Receita e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. A MP 783 foi editada em 31 de maio, mesmo dia em que a MP 766/2017 perdeu a vigência sem ter sido aprovada pelo Congresso. As medidas provisórias têm prazo de vigência de 120 dias.

A MP 766 criou o Programa de Regularização Tributária (PRT), uma espécie de novo Refis federal, com abatimento de dívidas com a Receita e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

A norma chegou a ser aprovada em uma comissão mista, mas a crise deflagrada por denúncias contra o

presidente Michel Temer e a oposição de parlamentares a diversos pontos do relatório do deputado Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG) acabaram impedindo a votação no Plenário da Câmara, no mês passado.

O Ministério da Fazenda, a Secretaria-Geral da Presidência da República e a Receita Federal devem enviar representantes para o debate. A lista de convidados ainda conta com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip).

A comissão é presidida o senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE). O deputado Newton Cardoso Jr. é o relator e o senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) é o relator-revisor da MP.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Conselho: não cabe censura a *Pânico na Band*

Apesar de haver discordância, os conselheiros aprovaram relatório que sustenta que o programa não viola a Constituição, mesmo com a qualidade de humor questionável

O CONSELHO DE Comunicação Social do Congresso Nacional aprovou ontem o relatório do conselheiro Marcelo Cordeiro sobre a adequação de conteúdo do programa *Pânico na Band*. O conselho examinou o assunto por solicitação do Ministério Público Federal (MPF) e entendeu que o programa não viola a Constituição e que não cabe censura sobre o seu conteúdo.

Segundo o relator, também não cabe contestar a finalidade artística do programa, mesmo que se questione a qualidade do humor veiculado. Não se pode ainda afirmar que o conteúdo ofende valores éticos e da família, pois esses, segundo o relator, são conceitos amplos e subjetivos.

A legislação em vigor exige que as emissoras indiquem a faixa etária a que o programa é adequado, definido pelo Ministério da Justiça, o que a emissora cumpre. Desta

forma, observou Cordeiro, é o espectador quem decide se o programa lhe convém.

— Todo programa de televisão, antes do início de sua exibição, deve apresentar a classificação por faixa etária e horário e especificar o que contém, como, por exemplo cenas de nudez, sexo explícito, linguagem vulgar, cena de violência e outras informações como forma de alertar o telespectador sobre o conteúdo a ser apresentado e dando a ele a opção de mudar o canal ou desligar o aparelho caso o programa esteja fora de seus padrões — ponderou Cordeiro.

Divergência

Mas, para o conselheiro Celso Schröder, o programa fere a Constituição:

— Esses programas representam o que de pior tem na comunicação brasileira e se apresentam como humor. Está longe de ser humor e,



Conselho de Comunicação Social aceita parecer do relator de que programa atende exigências de classificação e alertas

na verdade, é exatamente a exacerbação do preconceito e da exclusão — criticou.

Já para o conselheiro Walter Ceneviva, o Ministério Público deveria se preocupar com assuntos mais importantes.

— Se incluem nas competências da Procuradoria da

Defesa da Cidadania cuidar da reforma agrária, da saúde, do tráfico de pessoas, do trabalho escravo e do sistema prisional. Acho verdadeiramente um vexame que o MPF perca tempo e gaste o nosso dinheiro com essa tolice de cuidar de um ou dois programas.

Composto por 13 titulares e 13 suplentes, o conselho reúne representantes de várias áreas da comunicação, como empresas e profissionais de rádio, televisão, imprensa escrita, artistas, cinema e vídeo, sociedade civil e um engenheiro.

Colegiado aprova critérios para escolha de representantes da sociedade civil

O Conselho de Comunicação Social do Congresso aprovou ontem recomendações sobre a eleição dos representantes da sociedade civil no colegiado.

A recomendação, que será encaminhada ao Congresso, propõe que esses representantes sejam indicados por organizações de âmbito nacional de segmentos expressivos da sociedade, como mulheres, negros e jovens; por instituições de pesquisa sobre comunicação; por organizações que atuam na comunicação e que não estejam representadas nas vagas destinadas às empresas privadas; e por organizações de âmbito nacional que atuam no campo jurídico e na área da comunicação.

O texto estabelece que os 13 membros titulares do conselho e seus suplentes serão eleitos em sessão conjunta do Congresso, a partir de indicações das entidades representadas no órgão para um mandato de dois anos, permitida uma recondução.

O colegiado é composto por um representante das empresas de comunicação, um representante da categoria dos jornalistas, radialistas, artistas e profissionais de cinema e vídeo, cinco representantes da sociedade civil e um engenheiro com notórios conheci-

mentos na área de comunicação social.

Os membros do colegiado recomendaram que, diante da complexidade do tema, o debate sobre a escolha dos representantes deve ser aprofundado em audiências públicas e seminários para que, posteriormente, o órgão emita parecer conclusivo sobre um projeto que trata da composição e do processo de escolha dos membros do conselho (PLS 111/2017).

Essa foi a última sessão ordinária da atual constituição do conselho. Os mandatos encerraram-se em 15 de junho e ainda não há data prevista para a votação de uma nova composição.

Também foram aprovados relatórios das comissões temáticas do conselho sobre projetos relacionados aos temas restrições em publicidade e propaganda, publicidade e saúde, conteúdos em meios de comunicação e comunicação social para crianças e adolescentes. Foram aprovados ainda relatórios sobre a regionalização da programação e do incentivo à produção cultural.

Dom Orani

A reunião de ontem do colegiado teve participação do presidente da 3ª composição do conselho (2012-2014), o

cardeal dom Orani João Tempesta, que defendeu a agilidade na eleição de um novo conselho como um dos principais desafios a serem enfrentados.

Dom Orani destacou que houve um tempo muito grande de vacância entre a segunda e a terceira composição do colegiado e explicou que isso fez com que muitas questões de consultas fossem acumuladas pelo Conselho de Comunicação. O cardeal pediu a rápida nomeação dos integrantes do quinto conselho.

— Seria muito bom que no segundo semestre já tivesse o conselho para dar continuidade aos trabalhos — disse.

Dom Orani também apontou como desafio a busca por um trabalho cada vez mais representativo da sociedade.

O atual presidente do Conselho de Comunicação, Miguel Ângelo Cançado, destacou que o órgão realizou 50 reuniões, sendo 25 ordinárias, 10 extraordinárias e 15 das comissões temáticas.

Também foram feitas 5 audiências públicas, 8 seminários e levantamento inicial de 292 projetos em tramitação sobre comunicação social. O conselho aprovou 22 pareceres sobre vários assuntos, entre eles, a violência contra profissionais de comunicação, priva-

cidade na internet, funcionamento da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), obrigação de veiculação de informações, retransmissoras de TV, publicidade para crianças, direito de resposta e crimes contra a honra. Cançado destacou a publicação de dois materiais: um sobre a missão da EBC na comunicação pública e outro sobre a educação midiática e informacional no país.

— Procuramos esgotar a pauta submetida ao colegiado nestes dois anos e padronizar a forma de análise e elaboração de pareceres do conselho — disse.

Desafios

Como desafios para o colegiado, Miguel Ângelo Cançado ressaltou a melhora da produção das reuniões ordinárias, a divulgação das atividades do conselho aos parlamentares, o aprimoramento da forma de eleição dos membros e a criação de vagas para setores específicos como internet, empresas públicas e canais comunitários.

O Conselho de Comunicação elabora estudos e pareceres e atende solicitações encaminhadas pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado sobre assuntos que digam respeito à comunicação social.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário:
 Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,
 Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.



Comissão de Relações Exteriores, presidida por Collor (3º à esq.), recebe professores, consultor legislativo e membro da agência da ONU para refugiados para debater avanços da nova legislação

Lei da Migração é elogiada por especialistas

Debatedores disseram, em audiência ontem, que o Congresso acertou ao tratar o tema com foco nos direitos humanos e aspectos sociais, e não apenas na segurança

A LEI DA Migração, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada em maio, foi considerada um avanço por especialistas que participaram ontem de audiência pública sobre migração e refugiados, promovida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

— A Lei de Migração é o principal legado humanitário do Congresso Nacional em 2017. A lei menciona sete vezes o princípio da não discriminação, que é o princípio basilar de todas as nossas falas na noite de hoje [ontem] — disse o professor Renato Zerbini, do Centro Universitário de Brasília (UniCeub).

Para o professor, um país como o Brasil, signatário de vários tratados de direitos humanos, não poderia privar pessoas de desfrutar desses direitos. Zerbini disse considerar que o país já havia se destacado com a Lei de Refúgio, de 1997, que serviu como modelo para leis semelhantes nos países do Mercosul.

O professor André de Carvalho Ramos, da Universidade de São Paulo (USP), afirmou que

o Brasil ganha quando respeita suas origens e o seu passado de fluxos migratórios. De acordo com Ramos, a história ensina que nenhuma nação ganhou ao rechaçar a mobilidade humana. Um critério importante de avaliação da democracia, explicou, é analisar como um país trata os mais vulneráveis.

— Os países que tentaram nesses últimos 100 anos estabelecer o chamado Estado fortaleza fracassaram. As sociedades se movem, quer os governantes queiram ou não. A história da humanidade é uma história de fluxos e nós não estaríamos onde estamos, em todos os continentes, com a pujança da humanidade, se não fossem esses fluxos — ressaltou.

Interação

O professor também disse que os países não podem tratar a questão da migração com políticas paliativas, que funcionam como um curativo. Para ele, as nações precisam pensar no longo prazo e não devem ter o foco apenas na segurança, esquecendo o lado social.

Segundo Ramos, a legislatura de 2017 do Congresso vai ficar marcada, para as gerações futuras, como a que pagou uma grande dívida com os estrangeiros.

O consultor legislativo Tarciso Dal Maso Jardim explicou que a questão dos muros para conter a imigração é antiga e existe em várias partes do mundo. Para ele, esses limites são artificiais, do ponto de vista das antigas comunidades — como ocorreu na delimitação das fronteiras coloniais africanas, por exemplo — e ignoram a forte integração entre os países que fazem fronteira.

O consultor lembrou que há muito mais migrantes brasileiros em outros países que estrangeiros no Brasil. Ele também elogiou a iniciativa do Congresso de aprovar a Lei da Migração e disse acreditar que, ao contrário do que dizem os críticos da medida, a lei é bem elaborada e traz várias inovações, sem deixar de lado a questão da segurança.

— O gerenciamento não é o muro, o gerenciamento é a ponte, onde as pessoas conversam. Eu louvo a iniciativa que

ocorreu no Brasil buscando um outro caminho para a questão migratória que desembocou na Lei da Migração. Nós buscamos, finalmente, uma solução brasileira para a questão, apesar de uma influência midiática importando problemas alheios.

Desenvolvimento

O oficial da Unidade de Proteção no Brasil da Agência da Organização das Nações Unidas (ONU) para Refugiados (Acnur), Gabriel Gualano de Godoy, explicou que a crise de refugiados no Brasil é uma crise, na verdade, de percepção. Outros países do mundo, disse, enfrentam fluxos muito maiores, especialmente países vizinhos a áreas de conflito.

Outro ponto que precisa ser esclarecido, disse Godoy, é o mito de que refugiados procuram países ricos para refazer suas vidas: 84% deles pedem proteção a países em desenvolvimento. Esses refugiados, explicou, não significam um peso para o país de destino, mas uma oportunidade de contribuir para o desenvolvimento. Como exemplo, citou

refugiados sírios que ajudam o país a exportar carne, trabalhando como tradutores em negociações ou orientando as fazendas interessadas em seguir a tradição Halal, que determina se uma comida ou bebida está de acordo com as regras do Alcorão.

O oficial da Acnur fez recomendações que, na sua opinião, deveriam ser adotadas pelo Brasil. Entre elas, está a atenção do governo ao pedido de incremento feito pelo Ministério da Justiça para o Comitê Nacional para Refugiados. Ao Congresso, ele pediu a ratificação da adesão do Brasil à Convenção da ONU dos direitos dos trabalhadores migrantes e seus familiares, de 1990. A mensagem de aprovação da convenção já foi enviada pelo Executivo e aguarda a aprovação do Legislativo.

Ao final da audiência, o presidente da comissão, senador Fernando Collor (PTC-AL), anunciou para 7 de agosto o próximo painel do ciclo de debates. O tema será “Meio ambiente e relações internacionais: o Brasil como ator global”.

Justiça trata delator de forma diferente, afirma Lindbergh

Lindbergh Farias (PT-RJ) acusou o Judiciário de agir com “seletividade”: mantém preso quem se dispõe a fazer delação contra integrantes do PT, mas liberta quem pode firmar delação que comprometa o presidente da República, Michel Temer.

Ele se referiu à libertação do ex-deputado Rodrigo Rocha Loures. O senador também criticou a decisão que permitiu que Aécio Neves (PSDB-MG) volte a exercer seu mandato.

Para Lindbergh, as decisões estariam sendo tomadas para impedir a volta do PT ao poder, inclusive com iminente sentença do juiz Sérgio Moro em um dos processos envolvendo Lula.

— A condenação tem um objetivo, que é tirar Lula do jogo.



Roque de Sá/Agência Senado

Paulo Rocha aponta retrocessos do governo Temer

O Brasil vive um verdadeiro retrocesso social, afirmou Paulo Rocha (PT-PA). Para ele, a quebra da democracia, com o impeachment de Dilma Rousseff, levou à retirada de direitos sociais e ao aumento do desemprego, do déficit público e da corrupção, além de cortes no Orçamento.

O senador também alertou para a redução das verbas para saúde e educação e lamentou a queda do prestígio do Brasil no mundo.

— O que nós vemos? A vergonha por onde passa o presidente ilegítimo do nosso país, cometendo gafes. Nem sequer é recebido com honras de presidente de um Brasil soberano e rico como nós.



Roque de Sá/Agência Senado

Viana condena decisão de obstruir entrada do Jaburu

Jorge Viana (PT-AC) acusou o governo de tentar impedir que a imprensa fique sabendo com quem o presidente Temer se reúne nos fins de semana, ao guarnecer a entrada do Palácio do Jaburu com vasos de plantas. Viana apontou o erro da medida, uma vez que, neste momento, o Brasil precisa de transparência e de publicidade da agenda presidencial.

Também chamou a atenção para a reforma trabalhista, dizendo ser inadmissível que a proposta seja votada como quer a base do governo, sem qualquer alteração no texto aprovado pela Câmara.

— Isso não tem possibilidade de dar certo. Vamos ter é mais gente no meio da rua.



Roque de Sá/Agência Senado

Empréstimos estão mais caros, adverte Acir Gurgacz

Algumas linhas de crédito oferecidas pelos bancos estão ficando mais caras — e não mais baratas, como deveria acontecer, com a expectativa criada pela redução da taxa básica pelo Banco Central, segundo pronunciamento ontem de Acir Gurgacz (PDT-RO).

Ao citar o jornal *Folha de S. Paulo*, ele ressaltou que tomar empréstimo agora custa, em média, 132% ao ano para a pessoa física, sendo mais caro que a taxa de maio de 2016. Gurgacz criticou o aumento dos juros para quem precisa renegociar dívidas. E disse que os banqueiros não se importam com a política do BC e desdenham dos clientes, praticando juros que querem.



Roque de Sá/Agência Senado

Telmário critica financiamento de rodovia na Guiana

Telmário Mota (PTB-RR) criticou ontem proposta de Romero Jucá (PMDB-RR) de financiar a pavimentação de estrada entre Roraima e a Guiana.

O trecho no país vizinho tem 400 quilômetros de extensão e seria destinado a facilitar exportações e importações, afirmou. Para Telmário, isso não se justifica, já que Roraima não tem produção suficiente para exportar no momento e tem saídas para escoar a produção, via Manaus e Venezuela. Além disso, vários municípios não contam com acesso por asfalto. Na opinião de Telmário, a verba poderia ser mais bem utilizada em necessidades locais, como asfaltar estradas vicinais.



Roque de Sá/Agência Senado

Automedicação pode ter graves consequências

Uma das formas de reduzir a prática, que pode provocar de reações alérgicas a intoxicações fatais, seria a venda fracionada de medicamentos, como proposto pela senadora Rose de Freitas

Aline Guedes

QUEM NUNCA TOMOU um remédio sem prescrição médica para curar uma dor de cabeça ou febre? Quem nunca pediu opinião a um amigo sobre qual medicamento ingerir em determinadas ocasiões? Quem nunca pesquisou sobre um sintoma na internet e, logo em seguida, se medicou sem consultar um profissional?

O Brasil tem alto índice de automedicação. Dados de 2015, registrados pelo Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), mostram que, a cada ano, 27 mil brasileiros passam mal ao ingerir remédios de forma errada e, na média, 73 acabam morrendo. O país registrou 138.376 intoxicações e 365 mortes causadas por medicamentos entre 2008 e 2012, seja por acidente, tentativa de suicídio, uso terapêutico ou erro de administração.

A pesquisa O Comportamento da Dor do Paulista, realizada em 2014 pelo Instituto de Pesquisa Híbou, identificou que o brasileiro da Região Sudeste é o que mais se automedica de forma indiscriminada e sem medo das consequências. Apenas 8% dos entrevistados nunca se automedicaram.

Segundo o estudo, as dores que mais afetam os cidadãos são as de cabeça (42%), a lombar (41%), a cervical (28%) e nas pernas (26%).

Os medicamentos são o principal agente causador de intoxicação em seres humanos no Brasil desde 1994, segundo o Conselho Federal de Farmácia. De acordo com pesquisa do Ministério da Saúde, a automedicação levou para o hospital mais de 60 mil pessoas de 2010 a 2015.

Reações

O uso inadequado de remédios pode levar desde a uma reação alérgica até a um quadro grave de intoxicação, e mascarar sintomas de doenças mais graves. Abusar desses produtos, ou usar dosagem mais alta do que a prescrita, também pode facilitar o aumento da resistência a micro-organismos, o que retarda o diagnóstico e compromete a eficácia dos tratamentos.

Outra preocupação refere-se à combinação inadequada dos produtos. Neste caso, o uso de um remédio pode anular ou potencializar o efeito do outro

ou, em situações mais graves, a ingestão incorreta ou irracional dos medicamentos também pode levar à morte. É o que explica o otorrinolaringologista de Brasília Jessé Lima Júnior.

— O que mais preocupa é a ingestão dos antibióticos. O uso deles pode aumentar muito a resistência bacteriana, e a gente sempre ouve muito sobre as superbactérias, que acabam resultando em muita complicação dentro e fora dos hospitais — ressaltou.

O médico também lembra que, embora a internet tenha facilitado o acesso às informações, nem sempre o que está ali é confiável. Ele cita o caso de pacientes que chegam ao seu consultório com ideias prévias e, muitas vezes, errôneas sobre os sintomas, até mesmo indicando tratamentos.

— Isso se agrava quando se trata de problemas de saúde que requerem medicamentos de uso controlado — alertou.

Jessé Lima ressalta que medicamentos anteriormente prescritos podem não ser mais efetivos para uma reincidência da doença, a menos que o profissional já tenha orientado dessa forma.

— É o médico a única pessoa com as condições adequadas para avaliar as necessidades de um paciente, seu histórico de saúde, possíveis interações medicamentosas e possibilidades de alergias, prescrevendo um tratamento adequado. Qualquer atitude fora disso gera um risco considerável — disse.

Farmacinha

Como muitos brasileiros, a copeira Maria de Fátima Silva tem uma farmacinha com medicamentos em casa. Segundo ela, abastecida apenas com remédios básicos, como analgésicos e antitérmicos, e fitoterápicos. Ela diz ter consciência dos perigos de se medicar por conta própria.

— É complicado se medicar, principalmente com remédios controlados, como muitas pessoas fazem quando têm dificuldades para dormir.

Guardar tantos remédios em casa não é uma atitude razoável, na opinião do procurador da Justiça Antônio Duarte. Ele ressalta que, além do risco de ingerir medicamentos fora do prazo de validade, os consumidores, muitas vezes, deixam de armazenar esses itens adequadamente.

— A exposição ao sol, vento ou qualquer intempérie pode



Medicamentos jogados fora podem contaminar a água e o solo. O descarte deve ser feito em pontos específicos de coleta

prejudicar a durabilidade da medicação. Então seria muito melhor para a população poder comprar apenas a quantidade de que necessita. Evitaria que os pacientes mantivessem em casa sobras de medicamentos utilizados em tratamentos anteriores — afirmou.

Venda fracionada

A senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) apresentou projeto que torna obrigatória a venda fracionada de medicamentos. O PLS 98/2017, em análise no Senado, objetiva evitar desperdícios, aumentar o acesso da população a medicamentos e contribuir para a economia financeira, o bem-estar e a segurança dos consumidores.

Entre as vantagens do fracionamento apontadas pelo Conselho Federal de Farmácia estão também a maior adesão dos pacientes no cumprimento do tratamento indicado e menor acúmulo de produtos tóxicos nos ambientes domésticos.

De acordo com a proposta, as farmácias e drogarias ficarão obrigadas a vender o número de comprimidos, cápsulas ou o volume dos produtos conforme o receituário indicado. Rose observa que essa prática já é adotada em países da Europa e nos Estados Unidos.

— Medicamentos fracionados são fabricados em embalagens especiais e vendidos na medida exata que o consumidor precisa. Não basta apenas determinar que as fábricas e indústrias façam isso. É preciso criar condições para se fazer.

Ex-ministro da Saúde, Humberto Costa (PT-PE) lembra que, quando esteve à frente da pasta, assinou resolução em parceria com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinando a venda fracionada dos medicamentos. O senador salientou, no entanto, que há resistência

dos laboratórios em aderir à medida, especialmente pela diminuição dos lucros.

— Os donos de farmácias fazem lobby contra a iniciativa e apresentam argumentos falsos, como o de que precisam de ambiente adequado para a manipulação. Há rejeições de todos os tipos, mas o fracionamento só traz benefícios, inclusive econômicos, para a população — disse Humberto.

Consciência

Os especialistas lembram que alguns analgésicos livres de prescrição médica podem ser guardados em casa, desde que em local arejado e livre do alcance das crianças. Menores de 5 anos representam cerca de 35% dos casos de intoxicação.

Se, por um lado, a automedicação é um problema cultural, quem se automedica o faz, muitas vezes, pela dificuldade de acesso a serviços públicos de saúde. É o que observa o assessor da Diretoria do Conselho Federal de Farmácia, Tarcísio Palhano. A recomendação é que o cidadão não permaneça sofrendo com dores. Ele aconselha, no entanto, que as pessoas evitem tornar o uso de

analgésicos por conta própria uma prática de vida.

— Vemos pessoas madrugando em filas, em postos e em hospitais para conseguir uma ficha de atendimento para dali a seis meses. Então, como chegar para essa pessoa e impedir que se automedique? É natural que o faça, desde que esporadicamente e de modo consciente — frisou.

O estudo do Instituto Híbou mostra que 74% da população tem em mente que a automedicação é prejudicial à saúde e que evitar o consumo de medicamentos pode ser benéfico para a boa saúde no futuro.

Descarte

O Brasil é o sétimo país que mais consome medicamentos do mundo, mas existe pouca legislação referente ao correto descarte de remédios vencidos ou sem uso. Jogar fora medicamentos indiscriminadamente contamina a água, o solo, os animais e prejudica a saúde pública. O descarte de remédios deve ser feito em pontos de coleta específicos, como os presentes em algumas farmácias, para serem encaminhados à destinação final adequada.



Saiba mais

PLS 98/2017, sobre fracionamento
http://bit.ly/PLS98_2017

Especial Cidadania sobre descarte
<http://bit.ly/cidadaniadescarte>

Veja todas as edições do **Especial Cidadania** em www.senado.leg.br/especialcidadania